
Isabel de Aragão, rainha e santa de Portugal: o seu jacente medieval como imagem excelsa de santidade

Elizabeth of Aragon, queen and saint of Portugal: Her medieval tomb as an image extolling holiness

Joana Ramôa



Electronic version

URL: <http://cultura.revues.org/356>
DOI: 10.4000/cultura.356
ISSN: 2183-2021

Publisher

Centro de História da Cultura

Printed version

Date of publication: 1 juin 2010
Number of pages: 63-81
ISSN: 0870-4546

Electronic reference

Joana Ramôa, « Isabel de Aragão, rainha e santa de Portugal: o seu jacente medieval como imagem excelsa de santidade », *Cultura* [Online], Vol. 27 | 2010, posto online no dia 08 Agosto 2013, consultado a 01 Outubro 2016. URL : <http://cultura.revues.org/356> ; DOI : 10.4000/cultura.356

The text is a facsimile of the print edition.

© Centro de História da Cultura

Isabel de Aragão, rainha e santa de Portugal: o seu jacente medieval como imagem excelsa de santidade

Joana Ramôa*

O tema que no presente artigo nos propomos tratar diz respeito a uma das figuras maiores e mais aclamadas do mundo feminino português medieval, Rainha Santa Isabel, personagem *intrigante* na qual muitas das premissas da conceptualização mitificada que se abateu sobre a Idade Média se manifestam de forma privilegiada e com a mesma vivacidade das cores que no seu túmulo se combinam.

A própria adjectivação a que recorremos, caracterizando a figura e a actuação desta rainha como *intrigantes*, não é de todo inocente, oferecendo-se desde já como suporte de justificação do carácter preliminar e provisório com que apresentamos esta nossa reflexão, que mais do que almejar afirmações definitivas encerra a simples aspiração de questionar e encetar, para nós mesmos, novos caminhos de investigação.

Na verdade, a figura da Rainha Santa Isabel ofereceu-se como lugar privilegiado de convergência dos interesses dos nosso estudos e do Seminário de que estas actas resultaram e veio a afirmar-se como ponto de partida rico e, nalguns momentos mesmo, surpreendente dessa investigação de maior fôlego que agora iniciamos e que corresponde à Dissertação de Doutoramento – que se debruça precisamente sobre o lugar do género feminino na sociedade e na escultura medievais peninsulares.¹

Isabel, filha de Dom Pedro III, *o Grande*, rei de Aragão, e de Dona Constança da Sicília, sua mulher², nasceu, segundo a tradição, no dia 4 de Junho do ano de 1271.³ Saragoça tem

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

¹ A Dissertação de Doutoramento que nos encontramos a realizar, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tem por título *O Género Feminino – A representação da mulher na escultura medieval em Portugal, Leão e Castela (séculos XII a XV)* e é orientada pelo Professor Doutor José Custódio Vieira da Silva (FCSH – Nova de Lisboa) e co-orientada pela Professora Doutora María Etelvina A. Fernández González (FFL – Universidad de León). As reflexões que aqui desenvolvemos integram-se, de resto, no contexto do projecto de investigação *IMAGO* (POCTI/EAT/45922/2002), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em que participámos em regime de bolsa.

² Tinha, assim, como avô paterno Jaime I, *o Conquistador*, e como avô materno Manfredo, rei da Sicília (1258-1266), filho ilegítimo do imperador Frederico II de Hohenstaufen, imperador alemão (1212-1250) e rei da Sicília (1197-1250).

³ Recebeu o nome de Isabel em homenagem à princesa Isabel da Hungria, irmã de Violante da Hungria, segunda mulher de Jaime I, avô de Dona Isabel de Aragão. Isabel da Hungria tinha então já sido beatifi-

sido a localidade com a qual mais frequentemente se identifica o nascimento da infanta, embora outras vozes se tenham já levantado a favor da cidade de Barcelona, tendo como justificação o facto de nesse mesmo ano de 1271 a corte aragonesa ter aí residido por longo tempo. Indubitável parece ser, de qualquer modo, a realidade de ter sido nesta última cidade que Dona Isabel passou toda a infância, até ter abandonado o seu reino natal para desposar o jovem rei português, Dom Dinis.

O nascimento da infanta de Aragão aparece, desde logo, associado a uma lenda, segundo a qual Dona Isabel teria nascido envolta numa pele – manifestando, assim, na própria chegada ao mundo, e portanto desde a sua origem, a vocação para uma existência excepcional (porque de forte comunhão com o divino) que, ao longo de toda a sua vida, mais não terá feito do que consolidar. Esta mesma tradição de reforço do carácter de santidade da rainha, de que provavelmente resultou essa versão, com contornos de milagre, do seu nascimento⁴, atribui-lhe uma atitude e um comportamento beatíficos ao longo de toda a infância – dizendo-se que, já nessa altura, rezava muito, jejuava e, inclusivamente, se mortificava com cilícios.

Assim, no momento em que chega a Portugal, provavelmente com 11 anos de idade, e se encontra com Dom Dinis, a 24 de Junho de 1282⁵, Dona Isabel de Aragão “era bastante formosa; seu rosto, de uma beleza suave e simpática; seu coração, um tesouro de virtudes; sua caridade, inesgotável. Durante o longo reinado de seu esposo, em muitas e diversas ocasiões manifestou as superiores qualidades que adornavam a sua alma”⁶. Assim a descreve Francisco da Fonseca Benevides, uma das vozes da literatura romântica e lírica que, no século XIX, continuava a fazer eco da tradição devocional que desde os finais do século XIV (iniciando-se apenas algumas dezenas de anos depois do falecimento da rainha) foi dotando de uma aura de sobrenatural toda uma série de episódios da vida de Dona Isabel de Aragão e incrementando de lendas e considerações exaltantes o seu retrato – a mesma

cada, por Gregório IX, em 1235, a pedido expresso do citado imperador – e é muito interessante que, num processo certamente motivado, em larga medida, por esta mesma consanguinidade, as iconografias das duas santas, da mais antiga Isabel da Hungria e da posterior Isabel de Aragão, tenham tendido a aproximar-se de forma apreciável. A mesma relação explica que Isabel da Hungria se integre, como veremos, no grupo de personagens santas que figuram na arca tumular da Rainha Santa como focos particulares da sua devoção e garantes de uma sua ligação excepcional ao divino.

⁴ Esta mesma versão do nascimento da infanta não se pode dissociar do facto de este nascimento ter sido entendido por alguns autores como um ponto de concórdia, depois de algumas conturbações, entre os reis de Aragão.

⁵ Os esposos encontram-se já depois de se terem casado, por procuração, numa cerimónia realizada a 11 de Fevereiro de 1282, em Barcelona, e em que o monarca esteve representado por João Velho, João Martins e Vasco Pires.

⁶ Francisco da Fonseca Benevides – *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 163 (do original publicado pela Typographia Castro Irmão, 1878)

tradição que determinou, em larga medida, que ela chegasse até nós como personagem de marcada excepcionalidade; excepcional na sua dupla condição de rainha e de santa, excepcional entre os homens e perante Deus.

O certo é que os atributos com que Fonseca Benevides, com maior ou menor benevolência, apresenta a infanta no momento em que esta pisa, pela primeira vez, o território português foram os mesmos que, na construção de uma memória de si própria (de que o túmulo se revelava como suporte primordial), Dona Isabel de Aragão quis e pôde consagrar, com a capacidade e a força de criar uma imagem que durou até aos nossos dias. Mais do que de imagem de uma realidade física (até porque o retrato, neste contexto tumular da plena medievallidade, não se orienta pela busca de veracidade que lhe dará sentido na época moderna), é de imagem idealizada que falamos, de um conceito, de um ideal que, na figura que encima o túmulo, se corporiza. Por isso, em lugar de uma discussão sobre a autenticidade desta representação de Dona Isabel de Aragão, que, face ao entendimento que fazemos do jacente medieval⁷ (e ao repinte tardio que a estátua sofreu⁸), se revelaria, em nosso entender, relativamente infrutuosa, interessa-nos, na presente reflexão, o perscrutar das razões maiores que levam a Rainha Santa à definição destes caracteres iconográficos para o seu jacente, o entender do significado profundo e do impacto duradouro dessas mesmas opções.

Curiosamente, nesta mesma imagem que cristalizou da rainha (e que a tradição sua veneradora quis fazer crer que era já, à época da sua feitura, uma imagem generalizada⁹), a figura jacente de Dona Isabel de Aragão revela-se particularmente inédita e original, associando às características modelares da representação da nobreza feminina trecentista (a realeza simbolizando-se sempre, em Portugal, apenas pelo uso da coroa) um conjunto de atributos (começando pela própria veste) que a tornam caso único, ao que cremos, no nosso país. Ainda assim, essa mesma concretização iconográfica não deixa de ser, como veremos, perfeitamente enquadrável no todo mental de que participa e, na sua individualidade, uma imagem tipificada de uma rainha que entende a sua excepcionalidade social como indissociável de uma igual singularidade na relação com Deus.

⁷ Neste entendimento seguimos largamente a proposta de José Custódio Vieira da Silva – Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV). *Revista de História da Arte*. N.º 1. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

⁸ Confirma-o Frei Manuel da Esperança que, em 1666, escreve: “Toda esta obra esteve descolorida, somente com a alvura natural da mesma pedra, e nesta nossa idade lhe forão dadas as cores: a o hábito, de pardo; a o veio, de preto; e tudo o mais, conforme são as figuras” (*História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. Parte 2.ª Lisboa: 1656-1666, pp. 310-311).

⁹ “Supõe-se geralmente que D. Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, rei de Portugal, foi objecto de culto religioso enquanto militava entre os mortais. Esta persuasão remonta aos fins do século XIV” (António de Vasconcelos – *Rainha Santa Isabel*. Vol. I. Coimbra/Castelo Branco: Alma Azul, 2005, p. 5).

Essa singularidade tendeu a expressar-se, naturalmente, neste jacente de Isabel de Aragão, seguindo os valores maiores da espiritualidade da época, espiritualidade de que as ordens mendicantes eram já, nestes anos 30 do século XIV a que corresponde a feitura do túmulo, um dos principais estimuladores e instrumentos. De resto, ao longo da sua existência, Dona Isabel de Aragão manifesta, em várias atitudes, uma particular simpatia pela ordem franciscana, no que actua como agente de uma geral aproximação das elites aos mendicantes, que tende a definir o quadro social e religioso deste período dos séculos XIII a XV¹⁰. Será, aliás, neste contexto que assistiremos ao estabelecimento de uma relação íntima da rainha, nos últimos anos da sua vida, com o Mosteiro mendicante de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. É dentro deste quadro mental e religioso que deveremos entender a adopção, no jacente da rainha, do hábito de clarissa, para além de toda a simbólica de renúncia que uma tal assunção acarretava.

No entanto, se esta atitude compreende em si uma intenção clara de afirmar uma certa capacidade de abnegação, a verdade é que de despojado e pobre este túmulo tem pouco (ou nada). Por outro lado, se tivermos em conta a magnificência das peças que pertenceram ao tesouro da rainha e ainda hoje se conservam (no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra) e a própria ressalva que a mesma faz questão de deixar por escrito de nunca se comprometer, em vida, com o uso permanente do hábito nem de abdicar da gestão dos seus bens¹¹, entenderemos que esta atitude que a Rainha Santa Isabel plasma na adopção do hábito de clarissa é fundamentalmente uma atitude intelectual – e a imagem visível de um conceito.¹²

¹⁰ Giulia Rossi Vairo encara, inclusivamente, esta que parece ser uma preferência de Dona Isabel de Aragão pelos mendicantes como o reflexo de uma igual beneficiação que os mesmos sofreram no reino de Aragão, por parte da família real, nomeadamente de Dom Jaime I e de Dona Constança, avô e mãe da Rainha Santa, respectivamente. E acrescenta: "Isabella si accompagnava spesso ad esponenti degli Ordini Mendicanti: alcuni di suoi uomini di fiducia furono frati francescani; per sorvegliare e dirigere la fabbrica del monastero di Coimbra, aveva richiesto al pontefice, mediante supplica, di essere assistita da due frati del vicino Convento di San Francisco; frequentemente, negli atti rogati per sua volontà, compagno come testimoni rappresentanti dei frati minori; così, fra gli esecutori testamentari, figurano vari frati, fra cui il Guardiano dell'Ordine" (Giulia Rossi Vairo – *Le Origini del Processo di Canonizzazione di Isabella d'Aragona, Rainha Santa de Portugal*, in un atto notarile del 27 luglio 1336. *Collectanea Franciscana*. 74/1-2. Roma: Istituto Storico dei Cappuccini, 2004, p. 153).

¹¹ Estas intenções deixou-as a rainha redigidas em dois documentos, ao que se crê, ambos originais: um *propositum* redigido a 2 de Janeiro de 1325, e um *protesto*, que é, no fundo, a versão portuguesa do primeiro, datado de 18 de Janeiro do mesmo ano, um dia depois da morte de Dom Dinis. Cf. F. de Figanière – *Memórias das Rainhas*. Doc. XXVI. Lisboa: 1859, pp. 273-275 e Francisco Brandão – *Monarchia Lusitana*. VI Parte. Lisboa, IN-CM, 1988.

¹² Ainda que, num primeiro entendimento, esta convergência de atitudes (a adopção da imagem de clarissa e a acumulação de riquezas) nos possa parecer, à luz dos valores da contemporaneidade, uma contradição, ela é, na verdade, o sinal de um ideal de pobreza, que nos séculos XIV e XV não corresponde

Num quadro verdadeiramente histórico e com a racionalidade que a História sempre deve perseguir, teremos de reconhecer a Dona Isabel de Aragão um lugar destacado nalguns dos acontecimentos relevantes que Portugal (e mesmo a Península) viveu nesta época.

Desde logo, porque a união de Dona Isabel de Aragão com Dom Dinis significa, de acordo com a leitura que faz José Mattoso, a primeira demonstração do êxito da política peninsular que o rei não descurou por um segundo durante toda a sua liderança e que foi, de facto, uma das características preponderantes da sua longa governação.¹³

De resto, para além de garante e interveniente activa na preservação de uma posição favorável do nosso país relativamente a Aragão, assim como a Castela (relação na qual actuava na condição de mãe da monarca deste reino)¹⁴, Dona Isabel de Aragão foi agente política, não só no modo como atendeu aos interesses de aragoneses instalados em Portugal e, reciprocamente, aos de portugueses fixados em terras de Aragão¹⁵, mas também, e sobretudo, no modo como parece ter intervindo na pacificação, por duas vezes, da contenda, desenrolada em vários episódios, entre Dom Dinis e o filho primogénito de ambos, Dom Afonso.

De facto, para lá dos vários aspectos lendários que ficaram associados à narração destes acontecimentos, bem como à definição do lugar que neles ocupou a Rainha Santa Isabel¹⁶ (pretendendo-se fazer de um conflito movido por interesses de classe, de uma nobreza ameaçada pela política de centralização régia que encontrou no infante Dom Afonso um instrumento privilegiado, um embate de inspiração pessoal, nascido de um provável des-

já tanto, entre os leigos, a um despojamento dos bens materiais, mas se relaciona sobretudo com um estado de espírito que disponibiliza o homem para uma aproximação aos pobres.

¹³ “Tratava-se de uma aliança valiosa, porque Aragão acabava então de adquirir uma importância fundamental na economia e na política mediterrânicas e porque Pedro III (1276-1285) e sobretudo seu filho, e irmão de Isabel, Jaime II (1391-1327), exerceram um papel de primeiro plano na diplomacia peninsular” (José Mattoso – Dois séculos de vicissitudes políticas. *História de Portugal*. Vol. II. Círculo de Leitores, 1993, p. 149).

¹⁴ Neste contexto da pacificação e da consolidação das relações de Portugal com Castela, mas também de Castela com Aragão, tem de ser lembrado o facto de os dois filhos de Dom Dinis e de Dona Isabel de Aragão, Dona Constança e Dom Afonso, terem desposado o herdeiro do trono de Castela, futuro Dom Fernando IV, e a sua irmã, Dona Beatriz, em 1302 e 1304, respectivamente.

¹⁵ Esta atenção da Rainha Santa aos interesses de portugueses deslocados do seu reino natal aparece documentada pela correspondência que trocava com o irmão, o rei de Aragão, Dom Jaime II.

¹⁶ “Afirmam as crónicas que estando, no ano 1323, os exércitos inimigos perto do Campo Grande, a rainha, sozinha e montada em uma mula, atravessara as hostes que se gladiavam, no meio da refrega e dos projecteis das forças avançadas que já haviam travado peleja, e que a muito custo conseguiu evitar a batalha” conta Francisco da Fonseca Benevides, fazendo-se eco de uma lenda que, mais uma vez, serve o propósito muito claro de reforçar a aura de misticismo desta personagem régia (*Ob. cit.*, pp. 165-166).

contentamento do primogénito com o favorecimento que o rei fazia do bastardo Afonso Sanches¹⁷), o papel de Dona Isabel de Aragão parece ter sido efectivo e não deixa de ser revelador de um carácter firme e apaziguador, da procura de equilíbrio e de justiça que parecem compor o leque de virtudes desta rainha. De facto, esta capacidade mediadora parece ter constituído uma das grandes marcas da existência de Dona Isabel de Aragão, capacidade que se traduziu numa acção diplomática real (que merece ser explorada e já o começou a ser pela investigadora italiana Giulia Rossi Vairo), com reflexos em episódios como o Tratado de Torrellas (1304).¹⁸

É verdadeiramente um conjunto notável de virtudes este que temos vindo directa ou indirectamente apontando a Dona Isabel de Aragão – que aparece como mãe atenta (aos interesses de Dona Constança e de Dom Afonso), diplomata hábil, rainha piedosa e cristã devota (comportamento de que faz parte a beneficiação de uma série de obras religiosas e de instituições de assistência aos mais desfavorecidos¹⁹) –, virtudes que, por si só, seriam suficientes para que fosse lembrada como personagem excelsa, mas não para que figurasse entre os santos reconhecidos pela Igreja Católica. Este privilégio só lhe poderia advir, entre outros, do facto de lhe serem reconhecidos verdadeiros milagres, os quais têm no manuscrito intitulado *Liber qui agit de onesta vita quam exercuit Regina Portugalliae Domina Elisabetha* (ff. 436-472v), mais conhecido como *Lenda* e considerado como a primeira biografia da Rainha Santa, uma fonte primordial – escrito, como indicado no próprio

¹⁷ Afonso Sanches acabaria, efectivamente, por se revelar alvo preferencial das acusações da nobreza e saiu largamente desfavorecido deste conflito, tendo-lhe sido retirado, por Dom Dinis, numa final cedência às exigências do herdeiro da coroa, o cargo de mordomo-mor do reino.

¹⁸ “Anche la documentazione d’archivio sembra confermare che Isabella d’Aragona si adoperò personalmente per la realizzazione dell’incontro decisivo di Torrellas (...). Così, nel 1304 Isabella partecipò assieme al consorte ai negoziati di pace in qualità di moglie, sorella e madre, ma anche nella veste istituzionale di *regina lusitanorum*, non una carica rappresentativa, ma espressione di un potere reale, effettivo, tutto sommato non così usuale per una donna nell’Europa degli inizi del XIV secolo” (Giulia Rossi Vairo – Isabella d’Aragona, “Rainha Santa de Portugal”, Ambasciatrice di Pace nella Conferenza di Torrellas (1304). *Actas del XVIII Congr s Internacional d’História de la Corona d’Arag . La Mediterr nia de la Corona d’Arag , segles XIII-XVI & VII Centenari de la Sent ncia Arbitral de Torrellas, 1304-2004*. Vol. II. Valencia: 2005, pp. 2207 e 2209).

¹⁹ Giulia Rossi Vairo nota, de resto, com muito interesse a dimensão privilegiadamente feminina da piedade e da acção assistencial de Dona Isabel, constata  o que resulta do facto de, como se depreende da leitura do seu testamento (redigido em 1327), ter beneficiado sobretudo damas, quer laicas quer religiosas. A própria invocação que primeiramente faz no seu testamento   da Virgem Maria. E, efectivamente, observamos que são as figuras femininas que merecem destaque na arca de Isabel de Aragão, remetendo para uma devoção que tende a centrar-se em mulheres santas. Esta espiritualidade orientada para o feminino   ainda mais evidente no túmulo da neta de Dona Isabel de Aragão, também de nome Isabel e encomenda da rainha. Assim, na decoração dos quatro lados desta arca, assistimos a um claro protagonismo de figuras do referido g nero: a Virgem com o Menino, acompanhada de anjos cerifer rios, no facial dos p s, santas no facial da cabeceira, e virgens e santas, num total de sete em cada lado, nos faciais maiores.

documento, quando havia ainda “muitos homens, e mulheres dignos de creer, que virão, e passaram as cousas que se adiante seguem”.²⁰

Haveria de ser Dom Manuel I, o aclamado *Rei Venturoso*, no século XVI, o verdadeiro iniciador do processo de canonização.

Assim, dando como primeiro sinal a referida tradição de veneração da rainha, que se terá iniciado poucos anos depois da sua morte e que se faria privilegiadamente em torno do seu túmulo medieval, o rei Dom Manuel I, em 1516, pede ao papa Leão X, através do embaixador Miguel da Silva, a beatificação de Dona Isabel de Aragão, o que aquele, por breve de 15 de Abril desse ano, se apressa a fazer, embora apenas para a cidade de Coimbra. Fica autorizado, por consequência, o culto solene na diocese coimbrã, a celebração do ofício litúrgico e a colocação sobre o altar de imagens representativas da beata. Em 1556, desta vez por intercessão do rei Dom João III, o papa Paulo IV concede a extensão a todo o reino da festividade comemorativa da Rainha Santa Isabel.

Assistindo ao aumento do fervor desta devoção, bem como ao seu alargamento geográfico progressivo, Dom Sebastião daria continuidade a este interesse que os monarcas portugueses foram manifestando, desde Dom Manuel, pelo reconhecimento da santidade de Dona Isabel de Aragão. Assim, foi ele quem, em 1576, encarregou oficialmente o bispo Dom Manuel de Menezes de proceder à reunião de todos os documentos que fizessem prova da vida santa da rainha, documentos que foram enviados a Roma, em 1578, e que constituiriam a base do processo de canonização apenas iniciado em 1612 e já a pedido de Filipe II de Portugal. O processo, apesar de tudo moroso, viria a ser terminado já no pontificado de Urbano VIII, reinando então Filipe III de Portugal.²¹ A cerimónia de canonização da beata Isabel teve lugar a 25 de Maio de 1625.

²⁰ Corresponde esta transcrição ao preâmbulo do referido manuscrito, traduzido por Giulia Rossi Vairo – *Le Origini del Processo di Canonizzazione di Isabella d’Aragona...* *Ob. cit.*, pp. 161-162. Entre os milagres que estão atribuídos à rainha, conta-se, naturalmente, o célebre milagre das rosas que, na verdade, tem duas facetas, pois Dona Isabel terá sido protagonista de dois milagres envolvendo as referidas flores: o primeiro decorrido em Alenquer, onde, no pagamento aos operários actuaes na construção de uma igreja do Espírito Santo, as rosas que a rainha lhes deu se transformaram em dinheiro; outro, decorrido em Coimbra, onde, no contexto da edificação do Mosteiro de Santa Clara, e a fim de ocultar a sua acção pecuniária ao marido, ali aparecido de súbito, Dona Isabel terá transformado em rosas as moedas de ouro que trazia no regaço, com o propósito de pagar aos trabalhadores.

²¹ Este interesse dos Filipes pelo reconhecimento, por parte de Roma, desta devoção com grande expressão em vários pontos do território de Portugal (e não já apenas em Coimbra), através da proposta de canonização da mulher de Dom Dinis, deve ser entendido, como bem observou Giulia Rossi Vairo, no quadro de uma procura de pacificação do descontentamento gerado pela união, sob a mesma coroa, dos principais reinos peninsulares que, de certo modo, na rainha convergiam. De facto, esta canonização de Dona Isabel de Aragão implicou particular insistência e dedicação dos Filipes, na medida em que se

Um dos elementos privilegiados para aprofundarmos o entendimento desta tradição de veneração da Rainha Santa Isabel e, mais até do que isso, para procurarmos delinear os verdadeiros contornos de uma personalidade e de uma existência reais cujo conhecimento aparece hoje largamente turvado por essa aura de sobrenatural com que as fontes tendem a tratá-las (seguindo, na maioria, o objectivo muito preciso de reforçar o carácter de santidade de Dona Isabel de Aragão) corresponde ao túmulo medieval da rainha, espaço de cristalização da memória que ela mesma quis deixar de si.

Com efeito, a feitura deste túmulo corresponde a uma encomenda directa de Dona Isabel, de resto como era relativamente habitual na época, funcionando esta atitude como parte de uma preocupação geral com a preparação da morte, na qual se integra a própria testamentária.

Segundo a tradição, o despertar dessa atenção de Dona Isabel de Aragão à feitura da sua arca terá estado relacionado com a morte do rei Dom Dinis, que faleceu a 7 de Janeiro de 1325, com 73 anos de idade e 45 de governo, tendo-lhe Dona Isabel sobrevivido ainda onze anos. Nesse período de viuvez, a rainha recolheu-se, conforme havia prometido, ao paço que havia mandado construir com ligação ao Mosteiro de Santa Clara, em Coimbra (que ela própria beneficiaria largamente), adoptando um modo de vida próximo do das clarissas mas sem nunca professar ou se comprometer com o uso permanente do hábito, como referimos. Aí passou os últimos dias da sua vida, embora viesse a falecer, em 1336, no castelo de Estremoz, no decurso da viagem que, à semelhança do que já anteriormente fizera, empreendeu com vista ao apaziguamento da contenda então activa entre Dom Afonso IV, rei de Portugal e seu filho, e Dom Afonso XI, rei de Castela e marido da sua neta dilecta, Dona Maria. O corpo da rainha foi, no entanto, em obediência ao que deixara determinado em testamento, transportado para o referido mosteiro de clarissas, onde ficou sepultado na arca tumular que ela própria mandara executar. Terminada cerca de seis anos antes, em 1330, é a sua figura jacente que nos interessa particularmente analisar.²²

O túmulo da Rainha Santa apresenta-se como um sarcófago exento, de pedra calcária de Ançã, composto de uma arca paralelepípedica (com 292,5 cm de comprimento X 130 cm de largura X 100 cm de altura), decorada nos quatro faciais, assente sobre seis leões e com jacente sobre a tampa.

processou justamente no momento em que o papa apostava numa política de restrição e de reafirmação da autoridade do Papado na nomeação dos novos santos.

²² Actualmente, os despojos mortais da Rainha Santa acham-se contidos num cofre de prata, para onde foram trasladados por ordem testamentária de Dom Afonso de Castelo-Branco, bispo de Coimbra (1585-1615), colocado no altar principal da igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, mandado edificar por Dom João IV. No coro-baixo da mesma igreja monástica está guardado o *moimento* medieval.

Embora os interesses que nos orientam na presente reflexão se centrem, conforme referimos, na figura jacente da rainha, a participação activa das figurações dos faciais da arca na construção do sentido global da peça e na construção dessa memória que Dona Isabel deixa de si mesma, por um lado, e o papel que essas mesmas representações, nomeadamente o tipo de enquadramento micro-arquitectural que lhes é dado, desempenham no carácter inaugurador (no contexto da produção escultórica de Coimbra) que tem sido reconhecido a este monumento, por outro, obrigam-nos, pelo menos, a uma indicação breve das iconografias que se esculpem nos quatro lados da arca paralelepípedica que serviu, em tempos, para a colocação dos despojos mortais da Rainha Santa Isabel.²³

São essas representações: o Apostolado, com Cristo ocupando a posição central, no facial maior da esquerda; o leão tetramorfo, Santa Clara, Santa Catarina, Santa Isabel da Hungria²⁴ e o boi representativo de São Lucas, no facial dos pés; um frade franciscano (que Francisco Pato de Macedo identificou como sendo São Francisco²⁵), um bispo (que o referido autor considerou tratar-se de São Luís de Tolosa) e onze freiras clarissas, a primeira das quais representando porventura a própria Santa Clara (que assim figura, no túmulo, em duplicado)²⁶, no facial da direita; o anjo de São Mateus, Cristo entronizado, o Calvário, a Virgem com o Menino e a águia do Tetramorfo, no facial da cabeceira.

Sobre a tampa, dispõe-se a figura jacente da Rainha Santa Isabel.

Deitada de costas, seguindo aquela que é a posição dominante entre os jacentes medievais portugueses, a rainha abdica da túnica e do manto com que as damas trecentistas portuguesas se fazem representar, para envergar o hábito de clarissa, identificado pelo cordão de vários nós (seis nós visíveis) que o cinge ao nível da cintura. O bordão de peregrina, colocado sob o braço direito, e a esmoleira pendente da cintura, do lado

²³ Não é por desinteresse, mas por estratégia, que optámos por deixar de parte a análise detalhada das iconografias da arca na economia do texto. Já anteriormente tratámos com maior detalhe estas representações, concretamente na Dissertação de Mestrado que dedicámos a *A Iconografia do Calvário na Escultura Tumular Medieval Portuguesa (séculos XIII a XV)*, orientada pelo Professor Doutor José Custódio Vieira da Silva e apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a 21 de Setembro de 2007.

²⁴ A presença de Santa Isabel da Hungria entre as figuras de devoção da rainha encontra razão acrescida no facto de Isabel de Aragão ter recebido o nome em homenagem, precisamente, à referida santa, sua tia-avó – Isabel da Hungria, santificada por Gregório IX, em 1235, era, como já referimos, irmã de Violante da Hungria, segunda mulher do rei Dom Jaime I.

²⁵ Francisco Pato de Macedo é autor da mais recente bibliografia respeitante ao túmulo da Rainha Santa: *A Capela Funerária da Rainha D. Isabel de Aragão. Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada). Coimbra: 2006, pp. 641-698.

²⁶ Note-se como é a única das onze cujos pés não são visíveis, encontrando-se totalmente cobertos pelas pregas da hábito, mais longo que o das restantes clarissas.

oposto²⁷, assim como o Livro de Horas (o tradicional atributo das damas portuguesas na tumulária desta época) que discretamente segura com a mão direita, completam o programa original e amplamente cristão que a figura jacente de Dona Isabel concretiza e que se revela, deste modo, verdadeiramente ostentador da sua profunda ligação com o ramo feminino da ordem franciscana (ligação que aparece reforçada por várias das figurações da arca) e, mais ainda, da sua actuação irrepreensível como boa cristã.

No geral da sua composição, o jacente de Dona Isabel afirma, assim, a sua originalidade sobretudo pelo modo individual com que realiza a conjugação de caracteres iconográficos amplamente representativos de uma relação particular com o sagrado, mais que pelo (inexistente) absoluto ineditismo dos elementos que o compõem.

De facto, se a presença dos anjos, deitados sobre a tampa, que incensam a rainha e estabelecem a relação com o sagrado através do seu olhar para o alto, serve inquestionavelmente de elemento de reforço do carácter de santidade que todo o jacente respira, assim como a protecção do baldaquino que, apesar de tudo, encerra em si mesma um certo sentido de sacralização, a verdade é que uns e outro se encontram noutras representações da tumulária medieval portuguesa, adstritas inclusivamente a condições sociais aparentemente mais baixas e, sobretudo, a figuras jacentes sem esta ligação ao divino e concretizadoras de uma representação que é indissociável da realidade mundana.²⁸ Desta, não se alheia também completamente a figura representativa de Dona Isabel de Aragão – cuja coroa e sapatos (que lhe cobrem os pés, enquanto as clarissas os ostentam descalços), ao relacionarem-se com os quatro pequenos cães, acompanhantes usuais das damas na tumulária do século XIV em Portugal, e com os vários escudos que se distribuem por sobre a tampa (num total de oito e representando alternadamente Portugal, Aragão e a Casa imperial de que descende, por via materna, Dona Isabel), concretizam a dimensão social deste túmulo, demonstrando que a rainha não esquece nem abdica da sua relação com o mundo dos homens (e da afirmação do lugar destacado que nele também ocupa).

²⁷ Esta representação da esmoleira como atributo na figuração de jacentes não é, como muito bem notou António Nogueira Gonçalves, exclusiva da Rainha Santa Isabel, embora seja, ainda assim, um elemento raro no contexto da tumulária medieval portuguesa (*A Arte Medieval em Coimbra, séc. X-séc. XV, Estudos de História da Arte Medieval*. Coimbra: Epartur, 1980, p. 761). Assim, apenas noutros dois jacentes (para o que se refere à tumulária anterior ou contemporânea do túmulo da Rainha Santa) podemos observar a sua representação, nomeadamente no da rainha Dona Beatriz (Panteão Régio de Alcobaça) e no de uma dama anónima, com túmulo num arcossólio do claustro da Sé de Lisboa.

²⁸ Particularmente representativo desta realidade é o jacente de dama desconhecida da Sé de Lisboa de que falámos na nota anterior e que reúne esses mesmos dois elementos fundamentais de *sacralização* do jacente, o baldaquino e os anjos.

A completar a composição, vemos que a rainha repousa a cabeça, coberta por um véu soqueixado, sobre duas almofadas com borlas e assenta o corpo sobre uma pedra listada que sugere (até pelas borlas que se preservam no limite da arca junto aos pés do jacente) uma composição têxtil²⁹ (no que este jacente se revela particularmente original), cujo desenho listado não deixa de remeter, ainda que vagamente, para a heráldica aragonesa.

De resto, as armas de Aragão, curiosamente presentes neste túmulo em número superior ao do próprio brasão de Portugal³⁰, voltam a encontrar-se no reverso do baldaquino, ladeando uma das iconografias mais interessantes do contexto cristão medieval e que corresponde à representação do transporte, por um anjo, da alma da personagem inumada, sob a forma de uma criança, num lençol, em direcção aos céus.³¹ Com esta figuração continua a reforçar-se a ideia de cumprimento de uma vida santa, objectivo fundamental da Rainha Santa Isabel, com o qual se identifica e que é o garante de uma excepionalidade que a rainha, por todos os meios, pretende afirmar.

Talvez possamos mesmo falar, tendo em conta as iconografias que preenchem os faciais da arca e o modo como a figura que a encima se apresenta, de uma quase obsessão com a invocação do sagrado.³² Essa invocação concretiza-se, nomeadamente, como vimos, na identificação do jacente (e, consequentemente, da inumada) com as práticas maiores da boa conduta cristã – através do bordão, alusivo às duas viagens de peregrinação a Compostela empreendidas pela rainha depois da morte do marido; da esmoleira, representativa da sua reconhecida caridade; do hábito franciscano, sinal da sua capacidade de despojamento e de uma ligação importante que acabou por estabelecer com a ordem das clarissas (e, particularmente, com o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra). Essa

²⁹ Francisco de Simas Alves de Azevedo foi o primeiro a propor que a rainha se encontra deitada sobre uma colcha decorada com a sua heráldica: *Alguns Monumentos Heráldicos de Santa Isabel de Aragão, Rainha de Portugal. Hidalguia – La Revista de Genealogia, Nobleza y Armas*. Num. 76. Madrid: Insituto Salazar y Castro (C.S.I.C.), 1966, pp. 399-401.

³⁰ São também as armas de Aragão que coroam, de ambos os lados, a representação do Calvário, no facial da cabeceira.

³¹ Vergílio Correia aponta esta representação simbólica do transporte da alma como uma invenção da escultura tumular francesa do século XIII. Francisco Pato de Macedo, seguindo o estudo de Clementina-Julia Ara Gil (*Escultura Gótica en Valladolid e su Provincia*. Valladolid: 1977), sublinha que esta é uma iconografia frequente na tumulária gótica peninsular do século XIV, embora predomine a representação da alma a ser transportada por dois anjos e não apenas por um, como aparece no túmulo de Dona Isabel de Aragão: A Capela Funerária da Rainha D. Isabel de Aragão. *Ob. cit.*, p. 649.

³² Francisco Pato de Macedo encara este túmulo da Rainha Santa como testemunho privilegiado de uma mudança verificada no entendimento cristão do processo da morte, pautada pela conceptualização da ideia de purgatório (A Capela Funerária da Rainha D. Isabel de Aragão. *Ob. cit.*, pp. 650-652). Daí a importância acrescida das orações de intercessão pela alma – preocupação que a rainha plasma nas escolhas iconográficas que faz para a sua arca.

invocação do sagrado completa-se com o preenchimento de todas as edículas, definidas por microarquitecturas que ocupam as quatro faces da arca, com um tal rol de figuras santas e evangélicas que a própria representação do Calvário, que geralmente goza da totalidade do espaço de um dos faciais menores, se torna quase simplesmente, do ponto de vista visual, mais uma referência, entre outras, integrando um verdadeiro manancial da iconografia cristológica: Cristo Menino, Cristo Juiz, Cristo Crucificado, Cristo entre os Apóstolos...³³

É, de resto, sobretudo ao nível de algumas destas representações, nomeadamente das do Apostolado e do Calvário, que se manifesta uma proximidade formal inegável (e já repetidas vezes sublinhada) com o trabalho da arca tumular de Dom Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, situada na Capela da Glória, da Sé de Braga.³⁴ Deste túmulo ficou-nos o documento de registo oficial da encomenda, celebrada em Lisboa, a 11 de Junho de 1334, com os dois *mestres das imagens*, mestre Pêro, morador em Coimbra, e mestre Telo Garcia, cidadão de Lisboa, facto que tem permitido aos estudiosos, com base na referida aproximação, apontar uma provável autoria de mestre Pêro para o túmulo da Rainha Santa Isabel. Mestre Pêro será, segundo Pedro Dias, de proveniência aragonesa³⁵, o que concorda em absoluto com aquela que parece ser a origem do tipo de enquadramento edicular das figuras que encontramos nos faciais do túmulo de Dona Isabel de Aragão. Se o princípio em si mesmo da organização da decoração dos faciais em arcadas não parece ser novidade do túmulo da Rainha Santa, pois existem composições deste género na tumulária portuguesa, que, em princípio, serão anteriores à feitura da arca da rainha³⁶, a verdade é que o modelo muito concreto que vemos na arca de Dona Isabel de Aragão, nomeadamente o tipo de contrafortes terminados em coruchéus cogulhados a separar as edículas e o coroamento da cena do Calvário com a duplicação da heráldica (neste caso, de Aragão), é, inquestionavelmente, um modelo aragonês, diverso, apesar de tudo, desses túmulos precedentes.

³³ Nesta enumeração exaustiva de figuras santas e, portanto, de todas as figuras que eram objecto da devoção da rainha, a arca de Dona Isabel de Aragão talvez apenas encontre paralelo no túmulo de Fernão Gomes de Góis (Oliveira do Conde, Igreja de São Pedro), já do século XV.

³⁴ Parece-nos, de resto, muito mais coerente reconhecer e procurar esta ligação do que propriamente com o túmulo da Infanta Isabel (Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, Coimbra), neta da Rainha Santa, que o encomendou.

³⁵ Pedro Dias – A pedra de Ançã, a escultura de Coimbra e a sua difusão na Galiza. *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo. Galiza e Portugal*. Fundação Pedro Barrié de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian: 1995, pp. 11-12.

³⁶ Referimo-nos ao túmulo com jacente da rainha Dona Beatriz, falecida em 1304 (sito no Panteão Régio de Alcobaça), bem como à arca tumular de Dona Leonor Afonso, de cerca de 1325 (localizada na Igreja de Santa Clara de Santarém).

A confirmar esta ligação a um modelo estético de Aragão, observamos que, como foi anteriormente notado por Pedro Dias, são inegáveis as proximidades com o jacente de Branca de Anjou, “obra de um outro mestre pêro que trabalhava igualmente nos reinos da coroa de Aragão.”³⁷

Esta é, no entanto, matéria de uma outra e mais densa avaliação do túmulo que aqui não tem lugar e que só a continuidade dos estudos que nos encontramos a realizar nos permitirá aprofundar.

Recuperando algumas ideias expressas no início da nossa reflexão e procurando extrair algumas conclusões sobre esta representação que a Rainha Santa Isabel encomenda de si mesma, teremos de reconhecer o modo como quis e pôde, como dizíamos no encetar do nosso discurso, consagrar uma imagem da sua existência que tendeu a prolongar-se no tempo e que é a expressão visível de um ideal muito concreto.

Esse ideal é, naturalmente, o ideal de vida cristã activo no Portugal trecentista, que parece traduzir-se, assim, de forma privilegiada nas práticas da peregrinação e da caridade, às quais a rainha é repetidas vezes associada no discurso que a modernidade tendeu a desenvolver sobre ela – e que constituem afinal duas das práticas consagradas pela Igreja cristã medieval, duas facetas de uma mesma atenção dada às obras, cuja fortuna no contexto medievo nasce, em larga medida (e para além do prolongamento eventual de certos comportamentos pagãos), de uma necessidade, que vive no interior de cada cristão, de superar essa condição de pecador a que, à partida, se encontra sujeito. Talvez possamos mesmo falar de uma certa ideia de culpa que parece manifestar-se de modo permanente no seio da Cristandade, de uma tendência para o entendimento da existência cristã como uma luta constante do homem contra o Mal, luta que começa no interior de si mesmo e para a qual os leigos se encontram particularmente inaptos. A peregrinação e a esmola, assim como o jejum, aparecem, no fundo, como formas de superação do que durante muito tempo foi entendido como uma incompatibilidade natural do estado laico com a vida santa – e não deixa de ser significativo que essas mesmas formas sejam, simultaneamente, ainda vias de aproximação ao ideal de vida monástico, fora do qual continuará a ser, até ao final da Idade Média, difícil de conceber uma existência de santidade.

A obsessão da salvação e o desejo de imitar Cristo, que formam, segundo André Vauchez, as duas facetas de uma tendência para o ascetismo que marca a espiritualidade popular no decurso de toda a Idade Média³⁸, constituem, sem dúvida, as duas orientações fundamentais a ter em conta na compreensão global deste túmulo de Dona Isabel de Aragão.

³⁷ Pedro Dias – O Gótico. *História da Arte em Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 119-120.

³⁸ André Vauchez – *A espiritualidade da Idade Média Ocidental. Sécs. VIII-XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 61.

Aqui, a obsessão da salvação concretiza-se, na arca, através da enumeração exaustiva de figuras capazes de interceder pela alma da rainha e, no jacente, com o leve rejúbilo de uma quase certeza, que nasce, precisamente, dessa capacidade revelada de imitar Cristo, que é por agora uma imitação da conduta em si corporizada e desembocará, no final agitado da Idade Média, numa predisposição para a identificação com os seus sofrimentos. De facto, Jesus Cristo continua a aparecer, de forma indirecta, como fonte de exemplos e modelo de um ideal de vida que é, antes de mais, apostólico, e não como objecto de qualquer enternecimento piedoso ou de qualquer reflexão sobre dor e humanidade, como o estava já a ser, neste momento, nalguns pontos do mundo cristão ocidental.

Neste sentido, parece-nos que a proposta deste jacente da rainha que se faz representar como santa (no sentido em que concorda com o ideal de vida santa então proposto) vem consolidar o que entendemos ser uma das conclusões passíveis de se estruturarem a partir do olhar sobre os túmulos portugueses medievais e que corresponde à constatação da ligação profunda que a piedade portuguesa do século XIV mantém com uma espiritualidade que André Vauchez atribui ao período que se situa entre o final do século XI e o início do século XIII³⁹. Com efeito, de uma forma global, as escolhas iconográficas destas arcas manifestam a consciência profunda e generalizada da importância da Encarnação no processo de redenção da humanidade (e dos homens, individualmente) – o que dá novo sentido à presença nelas de iconografias como a do Calvário – e dos ensinamentos do Novo Testamento na preparação de um estado de graça *post-mortem*.

Neste contexto, não só as figuras de Jesus Cristo e da Virgem continuam a assumir, no monumento tumular de Dona Isabel de Aragão, um lugar destacado como intermediários privilegiados na comunicação com o sagrado (embora numa importância claramente diluída pela presença, no mesmo espaço tumular, de uma série de outras figuras santas), como a própria rainha, através do seu jacente, se faz afirmar como modelo desse modo de vida proposto nos Evangelhos, que associa, sem preconceitos, a uma declaração também fortíssima do seu estatuto laical superior.

O jacente de Dona Isabel de Aragão, objecto central desta reflexão, assume assim uma importância destacada, sob diversos pontos de vista: sob o ponto de vista das mentalidades, tanto globais (de que dá um testemunho exemplar) como individual (porque, nas originalidades que concretiza, é também manifestação de uma personalidade e de uma vontade próprias); e no quadro da escultura tumular medieval portuguesa, onde a importância deste túmulo se manifesta, quer no contexto geral da produção trecentista, na qual actua como peça maior da estética adstrita ao núcleo de Coimbra (genericamente iden-

³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 75-139.

tificada com Mestre Pêro), entendendo-se a sua arca como inauguradora de um tipo de decoração que terá reflexos em composições não só coimbrãs (como vimos), quer no seio mais restrito da tumulária régia feminina, onde participa com o protagonismo natural de corresponder a um dos apenas três testemunhos de jacentes de rainhas sobreviventes para todo o século XIV português – Dona Beatriz (†1304, a crer que o jacente que se encontra no Panteão Régio de Alcobaça corresponde à mulher de Dom Afonso III), Dona Isabel de Aragão (de cerca de 1330) e Dona Inês de Castro (de cerca de 1360, com o carácter excepcional de se tratar de uma rainha póstuma).⁴⁰

A rainha que se fez santa revela-se, assim, neste lugar último que preparou para si, porventura como em nenhum outro documento, sem inibições, sem humildades radicais e sem esse sentido de absoluto despojamento com que a modernidade muitas vezes procurou pintar o seu retrato. Parece-nos ser, pelo contrário, a consciência profunda da sua excepcionalidade social que aqui se revela e que serve também como via da ligação particular que pretende afirmar com o sagrado. A própria opção por um sepultamento isolado, no sentido em que, contrariando a prática mais comum, preferiu ficar separada do marido, Dom Dinis, sepultado em Odivelas, é talvez reveladora (para além de eventuais incompatibilidades entre os esposos) desse mesmo carácter afirmativo que a rainha parece manifestar em certas ocasiões, e de uma assunção de si mesma como agente de um poder próprio e individual.

⁴⁰ E mesmo para o século XV dispomos apenas, no que se refere às rainhas, dos jacentes de Dona Filipa de Lencastre, mulher de Dom João I, e de Dona Leonor de Aragão, esposa de Dom Duarte. Relativamente a estes dois jacentes, remetemos para um artigo escrito em conjunto com José Custódio Vieira da Silva: O retrato de D. João I – um novo paradigma de representação – *Revista de História da Arte*, Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, n.º 5 (no prelo).



1. Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Vista geral.
Foto: José Custódio Vieira da Silva.
Copyright: Projecto *Imago*



2. Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Facial da esquerda. Foto: José Custódio Vieira da Silva. Copyright: Projecto *Imago*



3. Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Facial da direita. Foto: José Custódio Vieira da Silva. Copyright: Projecto *Imago*

- 4.** Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Facial da cabeceira. Foto: José Custódio Vieira da Silva. Copyright: Projecto *Imago*



- 5.** Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Facial dos pés. Foto: José Custódio Vieira da Silva. Copyright: Projecto *Imago*



- 6.** Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Jacente. Foto: José Custódio Vieira da Silva. Copyright: Projecto *Imago*





7. Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Jacente.
Foto: José Custódio Vieira da Silva.
Copyright: Projecto *Imago*



8. Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Jacente.
Foto: José Custódio Vieira da Silva.
Copyright: Projecto *Imago*

9. Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Reverso do baldaquino. Foto: José Custódio Vieira da Silva. Copyright: Projecto *Imago*



10. Túmulo com jacente de Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa – Jacente. Foto: José Custódio Vieira da Silva. Copyright: Projecto *Imago*

